

**ATA DA 1ª SESSÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL PLENO, REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2005, NO AUDITÓRIO "PROF. JOSÉ LUIZ DE ANHAIA MELLO"**

**PRESIDENTES** - Conselheiros Renato Martins Costa e Cláudio Ferraz de Alvarenga

**PROCURADOR DA FAZENDA** - Bel. Luiz Menezes Neto

**SECRETÁRIO** - Bel. Sérgio Ciquera Rossi

Feita a chamada verificou-se o comparecimento dos Conselheiros Renato Martins Costa, Antonio Roque Citadini, Eduardo Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi, Cláudio Ferraz de Alvarenga e Robson Marinho.

Às onze horas, o CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA, na qualidade de Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, declarou abertos os trabalhos da 1ª sessão especial do Tribunal Pleno, convocada por edital publicado no Diário Oficial do Estado de 22 do corrente mês, nos termos do artigo 63, § 2º, item 3 do Regimento Interno, para a solenidade de posse do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor, respectivamente, Conselheiros Cláudio Ferraz de Alvarenga, Robson Marinho e Edgard Camargo Rodrigues, cumprimentando os novos dirigentes eleitos para o exercício de 2005.

Posta em discussão e votação, foi aprovada a ata da 2ª sessão especial do Tribunal Pleno, realizada em 22 de dezembro de 2004.

Em seqüência o CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA, PRESIDENTE, cumprimentou os Srs. Conselheiros, o Sr. Procurador-Chefe da Fazenda, o Sr. Secretário-Diretor Geral e a todos os presentes, consignando que, embora tratando-se de uma solenidade de caráter interno, o extenso rol de amigos dos eminentes Conselheiros Cláudio Ferraz de Alvarenga, Robson Marinho e Edgard Camargo Rodrigues acabou ensejando a agradável satisfação de contar com a presença de muitos amigos queridos, destacando a honrosa presença do ex-Governador do Estado, Deputado Federal Luiz Antonio Fleury Filho, convidando S.Exa. para que tomasse assento à Mesa dos trabalhos.

A seguir, o PRESIDENTE, em cumprimento ao inciso XIII, do artigo 25, do Regimento Interno, apresentou o relatório dos trabalhos desenvolvidos durante a sua gestão:

Na atividade fim - Área de fiscalização:

1) realizadas nº 3020 auditorias "in loco", elaborados 1.817 relatórios e instruídos 52.186 processos; 2) conclusão dos Manuais de Orientação aos Membros dos Conselhos do FUNDEF, Saúde, aplicação de recursos no

1ª s.esp.T.Pl.

ensino, financiamento das ações e serviços públicos de saúde, repasses públicos ao terceiro setor e remuneração de agentes políticos municipais; 3) reciclagem de servidores da auditoria; 4) 22 encontros, sendo 06 com Agentes Políticos, 08 com Ministério Público, 04 com Prefeitos eleitos e reeleitos, este último com a distribuição de "Guia de Orientação"; 5) cessão de servidores para proferir palestras em diversos segmentos da sociedade; 6) encontro com agentes públicos estaduais para tratar da elaboração de editais; 7) encontro com agentes públicos estaduais para tratar de procedimentos de fiscalização; 8) publicação no DOE, em caderno especial, de dados econômicos/financeiros relativos aos 644 municípios, atendendo, assim, às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal; 9) Participação ativa no Promoex (Programa de Modernização dos Tribunais de Contas); 10) publicação da movimentação orçamentário-financeira dos 644 Municípios e comparativos exercícios 2002/2003, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal; 11) Aprovação do Projeto de Lei criando 191 e extinguindo 21 cargos na estrutura do Tribunal; 12) concessão de reajustes aos servidores de nível médio e Agentes da Fiscalização Financeira; 13) Aprovação de 7 (sete) Resoluções voltadas à organização do Tribunal e disciplina de seus trabalhos, internos e junto aos jurisdicionados.

Área de Informática :

1) aquisição de 150 microcomputadores e 50 impressoras com tecnologia laser; 2) 37 equipamentos multifuncionais e 01 servidor de rede para armazenamento de arquivos; 3) migração de todas as linhas de comunicação de dados que interligam as Unidades Regionais; 4) interligação das redes de comunicação de dados e de telefonia dos três edifícios, implementados a partir do projeto "campus Backbone"; 5) implantação de infra-estrutura de rede de microcomputadores no Auditório Nobre "Professor José Luiz de Anhaia Mello"; 6) desenvolvimento de solução para gravação e transmissão de áudio das sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras, por meio de rede de microcomputadores; 7) instalação e configuração de solução de backup corporativo, automatizando a realização de cópia de segurança de todas as informações armazenadas na rede; implantação de servidor de correio eletrônico próprio, em substituição ao do provedor de Internet do Governo do Estado; 8) implantação da lista telefônica "on line"; 9) apresentações em continuidade do projeto AUDESP; 10) realização do 1º Seminário de Tecnologia da Informática; 11) desenvolvimento

1ª s.esp.T.Pl.

de tratativas com diversas áreas do Banco Nossa Caixa S/A, que culminaram com a celebração de convênio visando ao aperfeiçoamento e à modernização da infra-estrutura tecnológica do Tribunal; 12) reformulação do programa para controle da frota; 13) nova configuração do "site" do Tribunal na Internet.

Área Coordenadoria de Cursos Aperfeiçoamento:

1) Palestras Motivacionais: Secretário Lars Grael, Rogério Marins Professor Martins, Secretário da Educação Gabriel Chalita; Dr. Jamiro Wanderley nas regionais de Campinas, Sorocaba e Araras; Palestras na área da saúde: Drs. Albertina Takiuti e Antonio Chiro Matzo; 2) 1º Seminário de Oratória; 3) Cursos de Língua Portuguesa; 4) recepção de novos funcionários; 5) 2ª Semana Jurídica, com a participação do Secretário da Justiça, Dr. Alexandre de Moraes, Presidente do TER, Desembargador Álvaro Lazzarini, Dr. Ivan Barbosa Rigolin, Dr. Ives Granda Martins, Drª. Simone Gomes Casoretti, Dr. José Cretella Júnior, Dr. Toshio Mukai, Dr. Diógenes Gasparini e Dr. Dalmo de Abreu Dallari; recepção e atendimento monitorado a estudantes universitários para fins de estágio; 5) apoio logístico e assessoramento na palestra sobre a Bolsa Eletrônica de Compras-BEC, bem como na realizada pelo Dr. Cláudio Cintrão Forghieri versando índices contábeis, e em demais eventos promovidos por SDG e DTI; 6) Resolução nº 11, criando a Escola de Contas.

Área de Administração Geral :

1) assinatura do contrato para construção da Unidade Regional de Campinas; 2) edificação de nova guarita-portaria de entrada de veículos da Rua Bittencourt Rodrigues; 3) reforma da guarnição dos policiais militares; 4) recuperação das fachadas e áreas do em torno, entrada de garagens e das rampas que dão acesso aos prédios sede e anexo I; 5) recuperação do hall de acesso aos elevadores e ao Restaurante do 1º Subsolo; 6) reforma da sala de tráfego e motoristas no 1º subsolo; 7) reforma da rampa que dá acesso à garagem, 1º e 2º subsolos com aplicação da massa epoxídica; 8) substituição do piso térreo - entrada anexo I; 9) substituição do forro acústico do auditório Genésio de Almeida Moura (Prédio Sede); 10) substituição dos microfones, caixas acústicas do auditório José Luiz de Anhaia Mello (prédio anexo I); 11) reforma do piso dos 10º, 11º, 13º e 15º andares do prédio sede; 12) aquisição de mobiliário para ATJ; reforma de esquadrias do prédio sede; 13) cobertura para as garagens da Unidade Regional de Araçatuba; 14) implantação de novo sistema de abastecimento para os 75 (setenta e cinco) veículos da frota mediante

1ª s.esp.T.Pl.

convênio para distribuição através dos postos da Polícia Militar, localizados em todo o território do Estado de São Paulo, com desenvolvimento de nova sistemática de controle de tráfego e consumo de combustível; 15) contratação de seguro para veículos da frota; 16) aquisição de 12 veículos para as Unidades Regionais, atualizando os equipamentos existentes desde 1997; 17) pintura dos Gabinetes dos Conselheiros e Garagem do Prédio Sede; 18) continuidade na reforma e modernização dos elevadores do prédio sede e anexo I; 19) continuidade nas melhorias no hall de elevadores do 2º subsolo do anexo I; 20) aquisição de suprimentos de informática e material de escritório, em caráter experimental, através da BEC; 21) aquisição de brinquedo pedagógico para CCI; 22) identificação, com dizeres e brasão, da mesa da Presidência, reparos e fixação de cadeiras, no Auditório "José Luiz de Anhaia Mello"; 23) aquisição de bandeiras e símbolos do Tribunal de Contas do Estado, criados nos termos das Resoluções 4/7 de 2004; 24) atualização do acervo da biblioteca, com continuidade no processo de informatização; 25) contratação de estagiários para a Diretoria de Informática; 26) convênio com a Secretaria de Estado do Trabalho, para utilização de mão-de-obra da "Frente de Trabalho".

Área de Pessoal:

1) efetuadas 37 exonerações de cargos em comissão, 08 em cargos efetivos, 14 aposentadorias, 31 nomeações em cargos efetivos, 45 em cargos em comissão, 02 afastamentos sem prejuízo dos vencimentos, 19 afastamentos junto ao TRE, para prestar colaboração, em face das eleições; 05 afastamentos para concorrer a cargo eletivo, 03 licenças sem vencimentos; afastamento de 64 servidores para participar de cursos voltados à área da fiscalização; 54 servidores para participar de cursos, palestras e seminários voltados à área administrativa; 13 servidores para participar de cursos, palestras e seminários relacionados à área da informática; 02 servidores da Presidência para participar de Congresso Nacional da Associação Nacional do Ministério Público de Contas.

Era o que me competia relatar, Senhores Conselheiros, atendendo a determinação regimental.

Se algo se fez, foram os resultados decorrentes de um trabalho de equipe.

Em primeiro lugar, pelo apoio e orientação sempre decididos e decisivos de Vossas Excelências. Foram o Plenário, coletivamente, e cada um dos Senhores Conselheiros, como companheiros e amigos participantes de uma mesma jornada, absolutamente fundamentais para que se

1ª s.esp.T.Pl.

chegasse ao final desse mandato, no qual me competia empunhar o bastão da Presidência, ao menos com o sentimento de que, se mais não se obteve, isto deveu-se às minhas limitações, porém nunca à falta de suporte ou esforço.

A seguir, é de justiça que se reconheça a colaboração leal, desinteressada e permanente de todos os setores da Casa.

A Chefia de Gabinete, com a Ana Lúcia, que conheci no primeiro dia que aqui cheguei, há lá se vão quase onze anos, e que sempre me impressionou pela firmeza, dedicação, inteligência, lealdade e senso prático. Você é prova de que este Tribunal é um celeiro de talentos e vocações, além de repositório de seres humanos e amigos da melhor qualidade. A você, Ana, o meu muito obrigado e a certeza do reconhecimento de toda a Casa pela qualidade do trabalho empreendido. Em seus afastamentos, substituída pelo Olavo, certamente um dos grandes servidores públicos deste Estado, oráculo de tantos quantos, inclusive ou principalmente eu, tenham qualquer dúvida, sobre qualquer assunto ligado à Administração Pública.

Ainda na Presidência a dedicação, experiência e competência permanentes do Curti, da Eliana e demais servidores, a quem agradeço o apoio sempre tão profissional. Foi essa estrutura completada com o pessoal de meu Gabinete, sob a orientação sempre firme, dedicada, competente e amiga da Isaura, funcionária que também orgulha este Tribunal há tantos anos e que tenho o privilégio de ter em meu Gabinete, também desde que aqui aportei.

Meu muito obrigado ao Capitão Pignatari, Assistente Militar da Presidência, que sempre soube mesclar, com competência e dedicação, seus deveres profissionais e o convívio diário de um amigo, ao longo de tantos afazeres que se nos apresentaram durante o mandato que ora se encerra.

No Gabinete Técnico da Presidência o Germano, outra revelação desta Casa, jovem dedicado, inteligente e aguerrido, cujo futuro dentro de nossas estruturas antevejo como promissor, pelo que demonstrou e pelo potencial que claramente nele se antevê. Nas oportunidades em que se afastou assumiu o José Antonio, cuja magnífica formação jurídica, dedicação e lealdade deram à Presidência a total tranqüilidade de que o GTP bem conseguiria cumprir sua missão, apoiado, nesta sua nova configuração, também pelo pessoal do meu Gabinete, a quem igualmente agradeço na pessoa inspiradora do Miskulin, amigo tão querido de todos nós.

1ª s.esp.T.Pl.

À equipe do Centro de Capacitação e Aperfeiçoamento, agora com a responsabilidade de viabilizar a implantação da recém criada Escola de Contas Públicas, meus agradecimentos na pessoa da sempre dedicada Prazeres, que, com uma estrutura pequena, muito realizou em prol do aperfeiçoamento da Casa e de seus servidores.

Finalmente, porém, nunca menos importante, meus cumprimentos e minha gratidão à equipe de meu Cartório, sob a chefia amiga, responsável e dedicada do David, que deu todo o suporte logístico e burocrático para que os papéis da Presidência pudessem circular, sempre, a tempo e hora.

Ao pessoal da Diretoria Geral de Administração, na pessoa do Carlos Magno, comandante de uma área difícil, de estruturação nitidamente deficitária, já que se privilegia, e isto é natural, a atividade fim, os meus agradecimentos. Sei que foi feito tudo aquilo que foi possível fazer-se; quem sabe até algumas coisas que se pensava, se não impossíveis, muito difíceis. Mas jamais faltou esforço, dedicação e empenho, compartilhados por tantos, para que as realizações idealizadas se materializassem e o Tribunal, pela ação de sua área meio, pudesse propiciar melhores condições de trabalho para a Auditoria, para a Secretaria-Diretoria Geral, para a Assessoria Técnico-Jurídica, para o Departamento de Tecnologia da Informação e para os Gabinetes de Conselheiros. Muito obrigado a você e a toda a sua equipe, da qual destaco, pela proximidade de tantas reuniões, o Malek e o Gilmar. Ao abraçá-los, sintam-se todos do DGA reconhecidos por seu trabalho ao longo do último ano.

Ao Fernando e toda a equipe do Departamento de Tecnologia da Informação os meus parabéns por toda a nítida evolução que se sente nesse setor vital para nossa Instituição, e cujo trabalho na costura operacional do convênio com o Banco Nossa Caixa justificaria, por si só, todo exercício que se encerra. Porém, muito mais foi feito e o Projeto AUDESP é uma realidade que está a bater em nossas portas, quem sabe já para o ano que ora se inicia. Prossigam nesse ritmo firme e seguro, pois os frutos para as atividades do Tribunal já começam a ser colhidos e o futuro é promissor.

À Secretaria-Diretoria Geral e suas unidades subordinadas, os meus mais sinceros cumprimentos e agradecimentos. Em primeiro lugar a esse excepcional Sérgio Rossi, pelo dinamismo, suporte permanente e caráter empreendedor que caracterizam sua ação à frente de nosso mais importante órgão de execução. Tivemos um ano pleno de atividades e pródigo em iniciativas bem sucedidas, nas

1ª s.esp.T.Pl.

áreas de auditoria, orientação pedagógica, elaboração de manuais e encontros de trabalho com os setores jurisdicionados. Sempre secundado pelo Pedro e pelo Carsola, a quem também empresto meu reconhecimento, e com a retaguarda do Angelo, pode desenvolver, com toda a equipe das DF's e UR's, essa multiplicidade de tarefas. Obrigado Sérgio, meu fraterno amigo.

Também na Assessoria Técnico-Jurídica muito se melhorou, mercê do empenho do Francisco, que bem está sabendo reestruturar e otimizar os trabalhos desse setor tão importante para a boa configuração das decisões que o Tribunal tem de proferir. A ele e à Fernanda, que bem desempenha as funções quando das substituições, meus agradecimentos e congratulações.

Ao Sólon, os meus cumprimentos pelo discreto e competente trabalho junto à imprensa, que bem demonstrou as atribuições que desenvolvemos aqui no Tribunal, contribuindo para que o reconhecimento social de nossas atividades possa também ir se consolidando na comunidade paulista. Ao João Prado, Leão e Marcos pela atividade positiva em nossas divulgações, especialmente naquelas voltadas aos encontros de trabalho com os diversos setores da administração pública.

Como já tive a oportunidade de dizer, quando da sessão que elegeu nossos novos dirigentes para 2005, o Tribunal passa para melhores mãos: as de Cláudio Alvarenga. Seguras, competentes, honradas; de um homem talhado, pelo conjunto de qualidades que adornam sua personalidade, a bem desempenhar qualquer função pública.

E elas foram tantas! Também aqui seus julgados são paradigmas a serem seguidos. Suas intervenções e ponderações, sempre levadas na mais alta conta. Seu desempenho na Presidência anterior, sempre lembrado.

Transmitir-lhe a Presidência, Cláudio, é motivo de honra e orgulho para mim. É certeza de que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao final de 2005, estará muito melhor do que hoje, pois sob sua batuta os resultados inexoravelmente irão alçar-se a patamares superiores, porque este é o seu padrão.

Contando, ainda, com Robson e Edgard, na Vice-Presidência e Corregedoria, respectivamente, a certeza de sucesso se consolida, pela experiência, talento e inteligência que caracterizam esses homens públicos de primeira linha de São Paulo e, porque não dizer, do País.

Ao finalizar, peço perdão a Vossas Excelências pela extensão desses agradecimentos, mas são eles demonstrativos da consideração que empresto a todos e a cada um dos aqui

1ª s.esp.T.Pl.

referenciados, que representam, sem dúvida, todo o conjunto deste Tribunal, desta nossa Casa, que aprendi também a ter como minha.

Muito obrigado.

Em continuidade o CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA, PRESIDENTE, solicitou ao Secretário Diretor-Geral, Dr. Sérgio Ciquera Rossi, que procedesse à leitura do Termo de Posse e, ato contínuo, à coleta de assinatura dos Srs. Conselheiros empossados.

Em seguida o DR. SÉRGIO CIQUERA ROSSI procedeu à leitura do Termo de Posse, bem como colheu as assinaturas dos Srs. Conselheiros empossados, nos termos das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica deste Tribunal e do Regimento Interno da Casa.

Cumprida a formalidade legal de leitura e assinatura do Termo de Posse, o CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA, PRESIDENTE, declarou solenemente empossados os eminentes Conselheiros Cláudio Ferraz de Alvarenga, na Presidência; Robson Marinho, na vice-Presidência; e Edgard Camargo Rodrigues, na Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, manifestando-se no seguinte sentido:

Dentre algumas providências que o Tribunal Pleno encetou ao longo do exercício de 2004 esteve a de estabelecer uma nova simbologia para as insígnias desta Corte de Contas, criando, inclusive, uma bandeira de identificação deste Tribunal, hasteada junto às bandeiras de São Paulo e do Brasil, na frente do nosso edifício sede, e igualmente criou-se o Grande Colar do Mérito da Justiça de Contas, a ser utilizado pelo Presidente no exercício de seu mandato, o que pela primeira vez ocorrerá, felicíssima coincidência, com o eminente Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga.

Igualmente incumbe-me agradecer ao Dr. Wallace de Oliveira Guirelli, nosso querido Assessor Técnico Procurador, Substituto de Conselheiro, pelo trabalho magnífico realizado e que permitiu pudéssemos chegar a um resultado tão satisfatório. Muito obrigado, Wallace, e meus cumprimentos.

Em continuidade, o CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA convidou o Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga a tomar assento à frente da Tribuna da Presidência para receber o Grande Colar de Mérito e assumir a direção dos trabalhos.

(O Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga assume a Presidência).

Assumindo a Presidência, o CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, PRESIDENTE, passou a palavra ao PROCURADOR-CHEFE DA FAZENDA, BEL. LUIZ MENEZES NETO, que assim se



1ª s.esp.T.Pl.

pronunciou:

Eminente Conselheiro Presidente Professor Cláudio Ferraz de Alvarenga, eminentes Conselheiros, senhoras e senhores.

Creio que esta solenidade de posse de V.Exa., Professor Cláudio Ferraz de Alvarenga, na Presidência deste e. Tribunal, ainda que restrita em relação aos presentes, não a torna menos relevante para a Instituição, que tem o mister constitucional de fiscalizar os dispêndios efetuados com dinheiros públicos.

Penso que para o ingresso de V. Exa. nesta Corte de Contas pesaram os títulos de Mestre em Direito Civil e Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, membro do Ministério Público do Estado, Procurador Geral de Justiça e Secretário de Governo do Estado.

Todavia, creio que o retorno de V.Exa. ao mais alto cargo deste Tribunal deve-se à sua capacidade laborativa, exercida com dedicação, competência e, por que não dizer, ainda com uma fineza de trato que os dias de hoje já não mostram tão comuns.

Assim, a volta de V.Exa. à Presidência do Tribunal, para unanimidade de seus ilustres Pares, merece também o mais irrestrito respeito da Procuradoria da Fazenda do Estado, junto a esta Corte, que, nesta oportunidade, rende os mais efusivos cumprimentos ao seu novo Presidente.

Por oportuno, peço licença a V.Exa., eminente Conselheiro Presidente, para cumprimentar o eminente Conselheiro Renato Martins Costa pela eficiência que empreendeu à sua gestão e os ilustres Conselheiros Robson Riedel Marinho e Edgard Camargo Rodrigues, eleitos, respectivamente, para os cargos de Vice-Presidente e Corregedor.

Obrigado.

Em seguida o CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI assim se manifestou:

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda do Estado, senhores funcionários; Senhor Presidente Conselheiro Renato Martins Costa, Senhor Presidente Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga.

A grande mudança do sistema de fiscalização pública chegou com a Constituição de 1988.

Novas competências, novas responsabilidades, novo desenho de instituição.

Muitos nada mudaram. O nosso Tribunal mudou, evoluiu, renovou-se, melhorou sua qualidade.

Muda o seu Presidente, a quem compete exercer "...a

1ª s.esp.T.Pl.

direção e poder de polícia do Tribunal e de seus serviços". A expressão, todavia, é insuficiente para sintetizar o elenco imenso de responsabilidades inerentes ao cargo de Presidente desta Corte, que - com a consciência do dever cumprido - o Presidente Renato Martins Costa transfere para o Presidente Cláudio Ferraz de Alvarenga, que - com a nossa certeza - delas voltará a desincumbir-se com a maestria que todos lhe reconhecem.

Mas, com tem sido ao longo de sua história, este Tribunal - renovado pela Constituição de 1988 - permanece fiel a si mesmo, na sua fidelidade aos ditames legais, no cumprimento de sua missão de zelar pela boa guarda e aplicação dos dinheiros e bens públicos.

Continuar fiel - ao rumo desenhado pela notável Constituição Federal de 1988 - significa a plena realização do conteúdo da legenda que, um dia, escolheu esta Corte para simbolizar a sua atuação e que se encontra inscrita nas insígnias do Colar do Mérito da Justiça de Contas, ou seja, "guardando fielmente os bens e valores públicos", como a apontar-nos o caminho do exato cumprimento do dever no exercício de nossas funções.

O exercício dessa missão institucional permanente se aperfeiçoa, evolui, renova-se quando mudam os seus dirigentes, na solenidade anual de renovação de cérebros, que se colocam, com sempre invejáveis e crescentes dedicação e competência, a serviço da fiscalização orçamentária, financeira e patrimonial do nosso Estado e dos Municípios.

Reitero aqui o que já afirmei quando da eleição do novo Presidente em dezembro último, embora nem sempre tenha sido assim, desde que este Tribunal alcançou sua atual composição, a sua maneira de atuar ter sido decorrência do processo eleitoral interno, ético e consensual, sem disputa pelo poder, tão freqüente em órgãos colegiados, todavia, verificando-se, aqui, tranqüila escolha de nossos sucessivos dirigentes.

Essa tranqüilidade permite criar um clima, métodos e formas de trabalho, de aperfeiçoamento, de inovações, de acatamento e de colaboração, possibilitando a esta Corte construir uma estrutura - e, mais do que isto, uma filosofia - de fiscalização, que tornou nosso Tribunal uma instituição de controle que goza do maior respeito dos Poderes do Estado, bem como por parte dos próprios fiscalizados e da própria mídia, numa época de tantas denúncias e ataques.

Nós, todavia, temos merecido o reconhecimento público pela eficiência e imparcialidade da fiscalização, da

1ª s.esp.T.Pl.

orientação e da correção das decisões, com inegáveis reflexos benéficos na Administração Pública, do Estado e dos Municípios, uma vez que nossos julgamentos apontam - e na verdade impõem - aos administradores públicos prática saudáveis e corretas de boa gestão dos dinheiros públicos.

E, para isto, os sucessivos Presidentes, com as suas características próprias, os seus conhecimentos de administração pública, a sua experiência e competência em matéria de controle externo, com a sua marca pessoal muito contribuem, com sua atuação, para a construção da Instituição como um todo permanente e eficaz, para bem cumprir a missão que a Constituição e a Lei lhe atribuíram, a moralidade administrativa o exige e a opinião pública espera confiante, e não pode ser decepcionada.

Detenho-me, neste passo, em momento de Justiça aos dirigentes que hoje concluem, com o reconhecimento e sob os aplausos de todos, os respectivos mandatos.

De Vossa Excelência, Presidente Renato Martins Costa, poder-se-á dizer, mais do que nunca, que não se limitou a administrar rotinas, no curto mandato anual da Presidência.

Curto, mas que Vossa Excelência fez longo de grandes e importantes realizações materiais e funcionais, conseguindo, mesmo, superar os êxitos de sua Presidência anterior.

Deixa, mais uma vez, a vice-Presidência o eminente Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga para assumir, novamente, a Presidência, onde já desenvolveu gestão inovadora de grande trabalho, abraçando com dedicação exemplar a causa deste Tribunal.

Conhecemos sua capacidade de trabalho, sua cordialidade, mas, também, sua firmeza de atuação, assumindo posições, procurando caminhos novos, indicando, assim, como agirá na sua nova gestão presidencial.

O eminente Conselheiro Robson Marinho deixou sua marca de competente julgador e administrador em gestões anteriores, o que assegurará nossa convicção no exercício de novo mandato como vice-Presidente, balizado pela sua notória experiência de homem público.

Pelos trabalhos desenvolvidos nas gestões que ora se findam, recebam, por meu intermédio, o reconhecimento dos seus Pares e amigos e, também, de todos os funcionários desta Casa.

Edgard Camargo Rodrigues, eminente Conselheiro que assume a Corregedoria novamente, como igualmente exerceu a vice-Presidência e Presidência com brilho, trazendo mais uma vez as luzes da sua competência, experiência e profunda diligência a serviço deste Tribunal, prenunciando mais um

1ª s.esp.T.Pl.

relevante trabalho em prol da fiscalização que compete a este Corte.

Eminente Presidente Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga:

Vossa Excelência recebe hoje, em decorrência do voto unânime de seus Pares, e da nossa mais irrestrita confiança, das mãos honradas do Eminente Presidente Renato Martins Costa a imposição do Grande Colar, insígnia que é apanágio da Presidência, que é transmitida a V. Excelência neste momento.

Literalmente, este ato faz repousar simbolicamente sobre os ombros de V. Excelência a missão de conduzir os destinos desta Casa em momento da história do País em que os Tribunais de Contas firmam-se ainda mais e melhor, e definitivamente, no contexto do Estado Brasileiro e no seio da opinião pública nacional.

Mas, nesta expedição de que Vossa Excelência é o digno comandante, por mares já dantes navegados com sucesso, os seus imediatos - que somos nós Conselheiros - e a sua tripulação - que é o corpo de excelentes assessores, diretores e servidores da Casa - sabemos que poderemos trabalhar na tranqüilidade do sábio e firme comando do hábil timoneiro.

Que, assim, mais uma vez, conduzirá o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, como o fizeram os antecessores de V. Excelência, com transparência e imparcialidade, pelo caminho da honra e da probidade, da dedicação e da competência, ao horizonte onde se alcança o perfeito cumprimento do dever institucional cometido às Cortes de Contas.

Ao Presidente Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga, ao vice-Presidente Conselheiro Robson Marinho, ao Corregedor Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, as expressões do nosso maior apreço, a manifestação das nossas melhores esperanças, o penhor da nossa total colaboração e os votos e a certeza de mais uma profícua e feliz gestão.

Retomando a palavra o CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA, PRESIDENTE, proferiu a seguinte alocução:

Excelentíssimos Srs. Conselheiros; caríssimo Presidente Renato Martins Costa, a quem transmito meu abraço especial; Excelentíssimo ex-Governador e Deputado Federal Luiz Antônio Fleury Filho, na pessoa de quem cumprimento, também, os amigos do Conselheiro Robson, do Conselheiro Edgard e aos meus amigos que fizeram questão de estar aqui hoje, embora se trate, como já salientado, de reunião interna, sem nenhum convite externo, o que não nos impede de receber com orgulho e alegria todos os que aqui

1ª s.esp.T.Pl.

vieram. Excelentíssimo Sr. Procurador da Fazenda do Estado, Sr. Secretário Diretor Geral, Senhores Servidores, Senhores Advogados , caríssimos amigos :

Desde logo manifesto, em meu nome pessoal e também em nome do Eminentíssimo Vice-Presidente, Conselheiro Robson Marinho, e do Eminentíssimo Corregedor, Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, que estamos muito honrados com a investidura em cargos de direção do Tribunal. Estamos honrados com a investidura e com a moção de confiança que ela encerra, sobretudo porque temos convicção de que assumimos cargos de direção de um Tribunal de Contas que vem cumprindo, com rigor, sua missão constitucional. O controle da guarda e dos dispêndios de recursos públicos vem sendo realizado por esta Corte com extrema dedicação, com os olhos postos sempre na observância dos princípios fundamentais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência e buscando, sempre, a melhor equação, para a comunidade, entre os valores que o Estado dela arrecada, e os serviços e os bens que a ela devolve. Essa convicção de que o Tribunal de Contas vem cumprindo o seu dever não é somente do Conselheiro Robson, do Conselheiro Edgard e minha. É também de todos os que estão aqui e de quantos têm acompanhado o trabalho do Tribunal de Contas do Estado.

E, exatamente porque assim é, a Administração que assume não chega, evidentemente, para impor repentinas mudanças de rumo, inovações improvisadas. Bem ao contrário, o que se quer é continuar exatamente no caminho que o Egrégio Plenário tem delineado e fazer o possível para dar continuidade ao notável trabalho realizado pelo eminente Conselheiro Renato Martins Costa, com o apoio dos Conselheiros e dos servidores desta Corte.

O momento recomenda, precisamente, dar seqüência a esse bom trabalho e, sobretudo, não esmorecer no esforço que se tem feito. Recomenda continuar aprimorando a atuação do Tribunal, sem embargo de dois grandes desafios que o momento impõe. O primeiro é o de não esmorecer na tarefa de sempre aprimorar, qualitativamente, a atuação da Corte, para continuar fiel ao rumo desenhado pela Constituição-Cidadã de 1988, e muito bem recordado, aqui, pelo Eminentíssimo Conselheiro Antonio Roque Citadini: o de guardar fielmente os bens e valores públicos. Esse esforço de permanente aprimoramento qualitativo da atuação da Corte certamente não haverá de ceder a um segundo desafio, representado pelo incrível aumento da quantidade de trabalho atribuído ao Tribunal. No ano que termina, o Tribunal realizou 3021 auditorias e m visitas a entes fiscalizados, número muito

1ª s.esp.T.Pl.

grande, principalmente quando se recorda que cada uma delas consome muitos dias. De outro lado, a Corte registrou, nos dois últimos anos, aumento de 43,3% no número de decisões que proferiu. Apesar desse crescimento, o Tribunal não esmoreceu e não esmorecerá na sua missão. Não fomos e não seremos sufocados pelo aumento de serviço, que não vai impedir que o Tribunal continue fazendo auditorias locais em cada um dos entes fiscalizados, nem vai impedir que o Tribunal dê resposta cada vez mais rápida, cada vez mais atenta aos interesses da comunidade, em todas as questões que lhe caiba examinar.

Para que assim continue a ser, a Corte vem continuamente se aparelhando com novos instrumentos, ampliando sua atuação, e aprofundando a análise crítica das contas, com os olhos nos princípios fundamentais que regem a Administração, velando para que se observe a equação sempre mais favorável ao interesse da comunidade, entre os recursos que a arrecadação dela tira e o que devolve em serviços e bens.

Na gestão que termina, o Tribunal tomou inúmeras providências que repercutirão no cumprimento de nossos compromissos institucionais. Peço permissão para destacar algumas delas, até porque de extrema relevância para que o Tribunal mantenha a trilha de obter atuação de melhor qualidade, sem prejuízo da quantidade, que cresce. Providências adotadas pela gestão anterior permitirão que, neste ano, a Corte implante importante expansão dos quadros de auditores. Gestões do eminente Presidente Conselheiro Renato Martins Costa permitiram a criação de novos cargos de auditores, com o que reforçaremos nosso trabalho de campo, o trabalho de obtenção, no local dos fatos, das informações que permitem a apreciação exata da correção, ou não, da despesa realizada. Evidentemente esses cargos serão providos por concurso público, promovido com o habitual rigor dos concursos do Tribunal, tudo de acordo com o cronograma que a superior sabedoria do Egrégio Tribunal Pleno delinear, sempre de modo a assegurar a absorção, por esses novos auditores, do espírito público que rege a atuação da Corte. Ao mesmo tempo, o contínuo trabalho de informatização do Tribunal ganha um fôlego novo. Gestões bem sucedidas do Eminente Presidente Renato permitiram a celebração de convênio, com o qual teremos novos recursos, aliados aos previstos no orçamento do Estado, a assegurar, ao lado dos recursos pessoais que o Tribunal obteve com a formação de quadro específico de servidores, também recursos materiais, tudo a permitir que se possa implantar, num primeiro momento, auditoria informatizada que dará

1ª s.esp.T.Pl.

maior respaldo ao trabalho de campo. É providência absolutamente fundamental, porque permite maior profundidade de exame e, ao mesmo tempo, atende à crescente demanda do serviço. E, ainda, porque vai permitir, no futuro, importantíssima economia de despesas com o pessoal. No cumprimento dos limites de despesas com pessoal, o Tribunal há de dar o exemplo, como está dando e como continuará a dar, inclusive mercê dessa contribuição ao trabalho de seus servidores, inclusive para permitir que esses gastos se mantenham no patamar adequado, sem que, no futuro, a Corte fique na contingência de cercear a remuneração de seus servidores, com o comprometimento da qualidade dos serviços que disso decorre.

No ano que se inicia, temos outras tarefas a cumprir, sempre no sentido determinado pelo E. Plenário e tão bem executado pela gestão anterior. O Tribunal busca, há décadas, construir o prédio próprio da última Unidade Regional que dele não dispõe, Campinas. Todos os Presidentes que me antecederam, vale dizer, todos os eminentes Conselheiros desta Corte, todos eles enfrentaram sucessivas dificuldades, que se renovam com peculiaridades não enfrentadas em todas as outras Unidades. O eminente Conselheiro Renato, a exemplo de todos os outros, conseguiu dar mais um passo nesse longo caminho. E importantíssimo: conseguiu promover a licitação e assinar o contrato. Há, pois, bom motivos para esperança de que, agora, teremos casa própria também em Campinas.

Ao lado de tudo isso, há que se prosseguir no trabalho de orientação pedagógica de administradores e de prosseguir no trabalho de capacitação dos servidores desta Corte e de orientação de outros agentes públicos. A recentíssima criação da Escola de Contas certamente será fator decisivo para isso. Certamente vai conduzir a aprofundar a velocidade das respostas do Tribunal de Contas, sem que, com a quantidade dos encargos que a lei nos confere, sofra prejuízo nenhum. Permitirá, em suma, que se continue a cumprir a orientação ditada pelo Egrégio Plenário. A gestão do Tribunal é, como disse o eminente decano, uma gestão coletiva. O Presidente, o que faz, se tiver juízo, como eu pretendo ter, é exatamente cumprir aquilo que representa a opção coletiva do Egrégio Tribunal Pleno. É o que tentaremos fazer, consciente que certamente não faremos tanto quanto o caríssimo Conselheiro Renato, homem honradíssimo, competente, homem de bem, bom chefe de família, conhecedor profundo de Direito, homem trabalhador, que encerra gestão notável e que servirá de meta para quem o sucede.

1ª s.esp.T.Pl.

O que se tentará, portanto, é dar continuidade ao que vem sendo feito. É cumprir o resultado das deliberações do egrégio Plenário. Para isso não pouparemos todo esforço, toda dedicação. E contaremos, sem dúvida, com a ajuda permanente do Eminentíssimo Vice-Presidente Robson Marinho, do eminente Corregedor Edgard Camargo Rodrigues, com a ajuda sempre presente e constante dos amigos Conselheiros, com o trabalho exemplar dos servidores da Casa. É dessa união de esforço que virá o combustível necessário para que o Tribunal continue a trilhar seu bom caminho.

Agradeço, em nome do Vice-Presidente Robson Marinho, do Corregedor Edgard Camargo Rodrigues, a honra da investidura, as palavras generosas do eminente Procurador Luiz Menezes Neto, do eminente Conselheiro Antonio Roque Citadini.

Agradeço a presença dos amigos, que fizeram questão de vir a uma solenidade interna. Agradeço, desde logo, a ajuda que certamente terei. Conto com os meus companheiros Conselheiros, conto com o trabalho de dedicação sempre exemplar dos servidores, conto com os amigos de sempre.

Agradeço a presença de todos. Agradeço o afeto de todos. Agradeço a ajuda de todos. Peço a Deus que nos ajude. Dou-lhes meu abraço, meu boa tarde, e declaro encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, às doze horas, foi encerrada a sessão, da qual mandei lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai subscrita e assinada. Eu, \_\_\_\_\_, Sérgio Ciquera Rossi, Secretário-Diretor Geral, a subscrevi.

Renato Martins Costa

Cláudio Ferraz de Alvarenga



1ª s.esp.T.Pl.

Antonio Roque Citadini

Eduardo Bittencourt Carvalho

Edgard Camargo Rodrigues

Fulvio Julião Biazzi

Robson Marinho

Luiz Menezes Neto

SDG-1/MML.